

**ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LINGÜÍSTICA:
UM DIÁLOGO NECESSÁRIO**

Giselda Maria Dutra Bandoli (UENF)

giseldadutrabandoli@uol.com.br

Karina Pereira Detogne (UENF)

karinaproflettras@hotmail.com

Eliana Crispim França Luquetti (UENF)

elinaff@gmail.com

RESUMO

Este trabalho objetiva proceder a uma reflexão sobre o atual ensino de língua portuguesa e em que medida esse ensino favorece o aprimoramento da competência linguística dos nossos alunos. Nesse sentido, constituirão foco de nossa atenção alguns questionamentos a respeito das noções e do ensino de gramática, já que o estudo de tópicos gramaticais compõe o universo das aulas de língua portuguesa. Nossa reflexão parte de alguns dados extraídos de respostas dadas a questionários aplicados a professores, das redes particular e pública, que ministram a disciplina língua portuguesa, no ensino fundamental e no médio. Procuramos verificar de que forma os professores têm abordado os estudos da língua em suas práticas pedagógicas: ou a partir de uma abordagem estritamente tradicional, que considera análises de enunciados descontextualizados, ou a partir de uma perspectiva linguística, que considera contextos reais de produção de enunciados. Valemo-nos dos pressupostos teóricos da linguística funcional, da sociolinguística, além das orientações dos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* para fundamentar nosso trabalho e nossas análises.

Palavras-chave: Ensino português. Contribuições da linguística. Ensino de gramática.

1. Considerações iniciais

A realização de atividades escolares que busquem uma reflexão sobre a língua em diferentes contextos de uso é uma recomendação dos PCN de língua portuguesa dos ensinos fundamental e médio. O empenho do Ministério da Educação em propor uma renovação curricular nas escolas brasileiras fez emergir uma nova concepção de ensino de língua oferecido aos alunos. Antes dos parâmetros, discussões e conceitos sobre, por exemplo, variedades linguísticas, gêneros textuais, letramento, análise linguística ou interação verbal eram pouco ou nada discutidos no âmbito escolar, embora já fossem realidade nos estudos de inúmeras vertentes da linguística.

A proposta dos PCN, anunciada desde 1997, procura assim alinhar as inúmeras pesquisas e estudos no campo linguístico à prática pe-

dagógica.

Procuramos, então, observar, através de respostas colhidas em questionários aplicados a professores de língua portuguesa, se a atuação deles está em consonância com as orientações dos PCN e com alguns postulados de vertentes linguísticas que buscam analisar a língua em situações concretas de uso, como a linguística funcional e a sociolinguística, perspectivas teóricas que embasam esta pesquisa.

Para realização dessa análise, aplicamos questionários, que foram propostos a 26 (vinte e seis) docentes das redes pública e privada, atuando nos ensinos fundamental e médio, na cidade de Natividade – RJ. Esses foram convidados a relatar suas opiniões e suas respectivas práticas a respeito dos seguintes pontos: estudo de gramática, variedades linguísticas, oralidade e PCN. As respostas apresentadas a essas questões constituirão a base de nossas análises. A seguir, as análises realizadas são detalhadamente explicitadas.

2. A questão da variação linguística

Inicialmente os professores foram convidados a explicitar a forma como as variedades linguísticas eram trabalhadas em suas aulas, através da pergunta “Como as variedades linguísticas são trabalhadas em suas aulas de língua portuguesa?”. A maioria das respostas dadas por esses professores aponta para uma compreensão de que reflexões sobre o fenômeno da variação devem estar sempre presentes nas atividades cotidianas escolares. Segue o gráfico que revela, através dos resultados obtidos, a concepção dos docentes a respeito do trabalho com esse assunto. Em seguida, faz-se a apreciação dos dados.

Como o gráfico abaixo descreve, dos 26 (vinte e seis) informantes, 15 (quinze) deles – 57,69% dos professores – assinalaram a alternativa “Nenhuma das alternativas anteriores” como resposta a essa primeira pergunta. Isso demonstra a crença de que a diversidade da linguagem não deve ser trabalhada apenas em aulas específicas sobre o assunto ou simplesmente não ser trabalhada, mas durante todo o processo de ensino-aprendizagem.

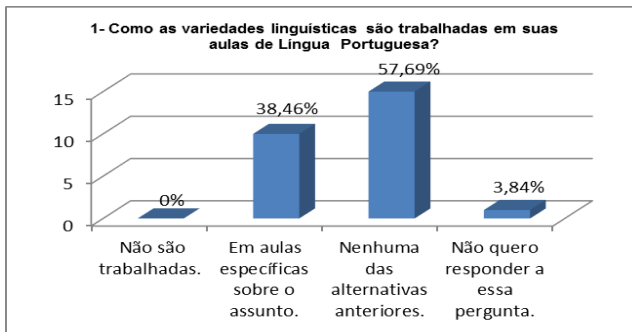


Gráfico 1: Trabalho do professor com o fenômeno da variação

Quando assinalava essa alternativa, o professor era convidado a especificar então a forma como esse tópico era abordado em suas aulas. Eis alguns enunciados dados como respostas que vislumbram um encaminhamento produtivo a respeito do assunto: “No decorrer do processo, na medida em que as variedades vão surgindo” (informante 1), “Trabalho inserida à leitura e produção, debates ocorridos durante o processo ensino-aprendizagem” (informante 20), e “Não é feito um trabalho pontual sobre variações linguísticas, elas são trabalhadas cotidianamente, principalmente no intuito de abolir o preconceito linguístico” (informante 18).

Infere-se que esse trabalho se pauta no estudo da diversidade de gêneros textuais sejam eles orais ou escritos, o que realmente possibilita reflexões sobre a adequação linguística e o rompimento com a ideia de “erro”. Isso pode ser evidenciado nas seguintes expressões, entre outras: “as variedades vão surgindo”, “inserida à leitura e produção” e “são trabalhadas cotidianamente”.

Ainda em relação à variação, embora os resultados tragam concepções favoráveis por parte dos professores, salientamos que há ainda a necessidade de se buscar um trabalho mais consistente para que o fenômeno não seja abordado de maneira insuficiente ou até distorcida nas salas de aula. Nossos dados também apontam para essa tese, uma vez que 10 (dez) professores dos 26 (vinte e seis) colaboradores – 38,46% deles – afirmam que a abordagem da variação é exclusivamente realizada em aulas destinadas a esse assunto específico. Salienta-se que somente um dos informantes não quis responder à pergunta, o que pode indicar, entre outras interpretações, que o professor desconhece o assunto ou ainda que ele não trabalhava especificamente esse tema.

Como já se disse, pedia-se aos professores que justificassem a

forma como abordavam as variedades linguísticas em suas aulas quando escolhiam a opção de resposta “Nenhuma das alternativas anteriores”. Essa alternativa, dentre as demais, tentava buscar relatos de práticas sucedidas no trato escolar sobre a variação. Assim, assinalando-a, o docente demonstrava sintonia com as propostas de uma verdadeira educação linguística. Mas não é o que se observa em todos os enunciados apresentados como repostas: analisando alguns deles, observa-se que apresentam certa incongruência, considerando a opção anterior “Em aulas específicas sobre o assunto”, entre as quais os colaboradores poderiam escolher. “De acordo com o assunto e a abordagem do texto trabalhado” (informante 3), “Todas as vezes que os textos trazem exemplos de variedades linguísticas é discutido tal tema em sala de aula” (informante 7) e “Sempre que for oportuno” (informante 11) são exemplos que deixam subentendido o trabalho não-sistemático com a variação. Essas respostas dizem implicitamente que o fenômeno da diversidade não é trabalhado cotidianamente.

Já que a diversidade linguística – manifestada nos vários níveis: lexical, morfossintático, fonológico, pragmático-situacional – é inerente às línguas naturais, é necessário que essa noção não seja trabalhada isoladamente, em determinadas aulas, mas, ao contrário, toda vez que um gênero textual for apresentado ao aluno. Há que se conscientizá-lo sobre as inúmeras possibilidades de expressão que a língua oferece, fazendo-o ampliar seu repertório comunicativo para que, de acordo com suas necessidades de interação, possa fazer uso de formas linguísticas ajustadas ao contexto. Esse objetivo definitivamente não será alcançado se aulas sobre o fenômeno da variação forem restritas, reduzidas, ou seja, deve-se ter a preocupação em buscar práticas ininterruptas de escrita e de leitura, através dos inúmeros gêneros orais e escritos que circulam na sociedade.

3. O trabalho com as modalidades oral e escrita da língua

A segunda pergunta do questionário relaciona-se diretamente à anterior, ao indagar o docente a respeito da frequência com que atividades orais eram abordadas nas aulas de língua portuguesa. Como opções de respostas, os professores poderiam escolher entre as seguintes: *sempre*, *às vezes*, *nunca* ou *só quando o livro didático apresenta questões desse tipo*. A seguir, são apresentados os resultados.

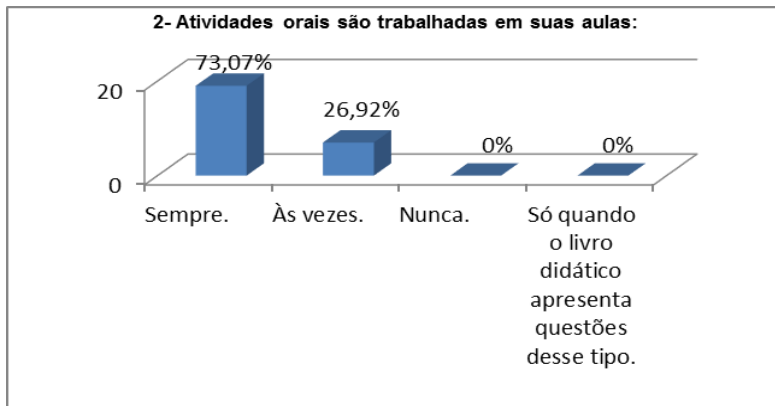


Gráfico 2: Frequência do trabalho com a oralidade na sala de aula

Em se tratando da busca de um ensino de língua portuguesa produtivo, o resultado referente às atividades orais trabalhadas durante as aulas pode ser considerado positivo, uma vez que 73,07% dos professores afirmam que a oralidade está “sempre” presente nas salas de aula, ao contrário dos 26,92%, que realizam “às vezes” atividades orais. Observa-se outro dado favorável em relação ao trabalho com a oralidade: quando questionado a respeito da frequência com que se trabalha a oralidade, nenhum professor respondeu “nunca” ou “só quando o livro didático apresenta questões desse tipo”.

A partir das respostas apresentadas, fica claro o entendimento do professor em considerar a oralidade na condução de todo o trabalho escolar. Assim, não privilegiando apenas a modalidade escrita – principalmente as prescrições da norma culta –, a língua falada e a língua escrita são tratadas como objetos não contrapostos, mas sim complementares, o que de fato poderá favorecer o aprimoramento da competência comunicativa dos alunos, usuários da língua.

Esse olhar para a oralidade está intimamente conectado com a pedagogia da variação linguística, uma vez que fenômenos de variação são encontrados em qualquer uma das modalidades da língua. A escola, por conseguinte, não deve se esquivar do papel de ajudar os alunos a explorar as inúmeras opções fornecidas pela linguagem e os professores informantes de nosso questionário parecem caminhar nessa direção. Tal comportamento encontra respaldo nas orientações funcionalistas e sociolinguísticas para se trabalhar a língua em contexto escolar.

4. Como os professores concebem o ensino de gramática?

Como o ensino de gramática constitui uma temática central discutida nesta pesquisa, houve a necessidade de buscar a concepção dos professores a respeito desse assunto. Assim, a terceira pergunta do questionário indagava: “Para você, o que significa um estudo contextualizado de gramática?”. Como complemento a essa pergunta, atrelava-se a seguinte: “Marque a alternativa que se ajusta às suas concepções de ensino e que esteja de acordo com a sua prática”. Os professores deveriam escolher entre as alternativas de respostas a seguir: “Para mim, estudar gramática é desnecessário” e “Para mim, estudar gramática é imprescindível”. Em ambas as opções de respostas, pedia-se que o professor justificasse sua escolha. Faz-se, a seguir, o registro de nossa interpretação a partir das respostas dadas pelos professores-informantes.

Percebe-se que, no tocante à concepção de ensino contextualizado de gramática – tão apregoado pela linguística funcional –, há a demonstração de que, no plano teórico, existe uma concepção de que o ensino de tópicos gramaticais não pode ser realizado de forma descontextualizada e o ensino de regras da gramática normativa não deve predominar nas atividades escolares em detrimento de atividades que envolvem leitura e produção de textos. As respostas seguintes, dadas a essa pergunta, demonstram que a gramática deve estar a serviço da exploração de atividades textuais e discursivas: “Quando o estudo é feito a partir de situações concretas no uso da língua, ou seja, nos textos que circulam socialmente (informante 23)” e “Apresentar uma estrutura e analisá-la, destacando seus diferentes usos e funções nos variados contextos em que a língua pode ser usada (informante 2)”.

Como se vê, a perspectiva funcionalista de ensino está presente, de maneira geral, na concepção de ensino de língua defendida por esses professores. A linguagem é assim compreendida como um fenômeno que objetiva a interação humana, um produto e processo de uma atividade sociocultural, como mostram as respostas de mais dois professores: “O estudo contextualizado da gramática é trabalhar os conteúdos através de textos, de forma que se evidencie o significado de tais conteúdos no processo de comunicação” (informante 15) e “Um estudo que utilize a gramática como instrumento, mostrando sua funcionalidade dentro dos textos, de modo que ela não seja trabalhada desconexamente” (informante 17). Subjacente a essas respostas, está a concepção funcionalista de língua, diversa daquela que vigora no ensino tradicional, ou seja, entrelaçada às atividades sociointerativas está a língua.

Um ensino reflexivo e produtivo de língua portuguesa caminha nessa direção e o estudo de tópicos gramaticais precisa favorecer o aprimoramento da competência comunicativa do aluno. Muitos pensam que a gramática presta um desserviço aos estudos da língua. De fato, não há sentido em se estudar gramática se houver preocupação apenas com atividades de metalinguagem nas quais o aluno é convidado a descrever nomenclaturas e taxonomias. Posturas contrárias à forma tradicional de ensino de língua portuguesa foram constatadas em nossos resultados, como comprovam muitas respostas de professores-informantes à pergunta sobre o significado de gramática contextualizada, entre as quais se destacam: “O uso do funcionamento da língua dentro dos textos trabalhados” (informante 3) ou “Significa que não adianta o aluno aprender o que é ‘sujeito’, ‘predicado’, se quando ele abre uma revista para ler não sabe identificar onde está o personagem” (informante 25). Vale considerar que muitas outras respostas poderiam aqui ser arroladas no sentido de se explicitar essa concepção, entretanto optou-se por apresentar aqui apenas uma amostra das respostas que refletissem o ponto de vista declarado pelos professores.

Quando convidados a responder à quarta pergunta sobre qual concepção de ensino estaria em consonância com a sua prática pedagógica, escolhendo entre as respostas se o ensino de gramática era desnecessário ou imprescindível, os professores, em maioria absoluta, 21 (vinte e um) professores, correspondendo a 80,76%, responderam que “estudar gramática é imprescindível”. Apenas 2 colaboradores, 7,69% deles, responderam que “estudar gramática é desnecessário”. Três informantes se abstiveram de responder à questão. O gráfico 3 registra os resultados obtidos a partir dessa pergunta.

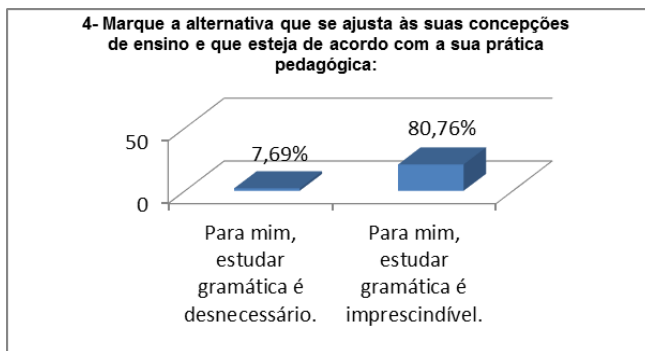


Gráfico 3: Conceções sobre o ensino de gramática

Na verdade, essa pergunta pretendia colher informações sobre que concepção de gramática os professores apregoavam: ou um sistema de normas do bem falar e escrever – visão tradicional – ou sistema de organização dos enunciados de qualquer língua, a serviço das necessidades comunicativas dos usuários da língua – visão funcionalista.

O resultado foi surpreendente, pois anunciou uma prática voltada para o ensino tradicional da língua, o que não se alinha às respostas sobre as concepções teóricas apresentadas na pergunta sobre “o que significa ensino contextualizado de gramática”. Vejamos algumas dessas respostas:

• Informante 1:

“Porque ainda hoje, a norma culta é a mais valorizada em concursos, assim, se não houver o domínio da gramática, todo o restante estará comprometido: a produção oral e a escrita”;

• Informante 4:

“Para uma correta utilização da norma culta”;

• Informante 5:

“Penso que o estudo de gramática é muito importante, uma vez que tais regras são cobradas em concursos e vestibulares”;

• Informante 16:

“Escolhi fazer Letras porque sempre gostei de estudar gramática! Não imagino o estudo da Língua Portuguesa sem o estudo de regras. É claro, que trabalho com textos e procuro contextualizar os assuntos, mas não abro mão das regras gramaticais e de ensiná-las metodicamente”;

• Informante 25:

“Pois não conhecer a gramática seria como navegar sem uma bússola, portanto é através dela que também adquirimos os modos mais corretos de escrever e falar”.

Além dessas, outras falas do questionário também poderiam ser aqui apresentadas no intuito de se apresentar a noção de gramática que perpassa no discurso e na prática de grande parte dos professores entrevistados: um código de leis que prescrevem “os modos mais corretos de escrever e falar”, usando a expressão do informante 25.

Algumas expressões empregadas nas respostas dos professores merecem destaque, por exemplo: “a norma culta é a mais valorizada em concursos”, “correta utilização da norma culta”, “tais regras são cobradas em concursos e vestibulares”, “modos mais corretos de escrever e falar”, “não abro mão das regras gramaticais e de ensiná-las metodicamente”. Fica, portanto, evidente que a preocupação em muitas aulas de língua portuguesa não é considerar a linguagem em pleno “funcionamento”, não é educar linguisticamente o aluno, mas a linguagem a serviço do uso normativo. O uso do advérbio “metodicamente” em uma das respostas referindo-se à forma como as “regras” são ensinadas dá-nos a imagem de um professor desfiando regras, nomenclaturas, conceitos gramaticais no quadro de giz, totalmente atrelado a um conjunto de rótulos, características dos inúmeros itens gramaticais ou papéis sintáticos desempenhados por formas linguísticas.

Em aulas orientadas dessa forma, o alvo, o objetivo é a “norma culta”, pois o ponto de vista adotado pauta-se na prescrição, ou seja, apresenta-se a língua a partir de um conjunto de regras que devem ser seguidas. Nesses casos, a noção de erro, inevitavelmente, se instaura pois toda forma linguística que não se orientar por essa norma não será considerada um bom uso da língua. Algumas respostas dadas, portanto, revelam que as interações comunicativas entre os falantes/usuários da língua não são beneficiadas por essa abordagem da língua.

É importante esclarecer que alguns professores-informantes, em suas respostas, apresentavam um olhar diverso para o ensino de gramática, quando afirmaram, por exemplo: “Para mim, a gramática deve ser estudada no sentido de compreensão do texto, portanto a mesma deve ser tratada dentro do contexto, não como decoreba, mas com sentido para compreensão” (informante 20), “É imprescindível, não como decoreba, mas servindo como apoio de compreensão de texto” (informante 21) ou ainda “Considero desnecessário estudar a gramática como decoreba ou um manual a ser seguido. Acredito que o ensino de uma língua deve partir da leitura e análise de textos” (informante 3).

O emprego da palavra “decoreba” nesses enunciados revela que, em muitas aulas de língua portuguesa, mais especificamente as aulas de gramática, muitos professores já estão privilegiando a não exploração de nomenclaturas, classificações ou regras. Implicitamente há, em todas as respostas, a preocupação da adequação linguística, já que a leitura e a compreensão de textos funcionam como mote para a análise de tópicos gramaticais. A distância que separa a língua nos manuais didáticos e

aquela que usamos em nossas interações comunicativas vai se estreitando a partir dessa perspectiva de ensino.

O confronto das respostas dadas às perguntas 3 e 4 permite-nos apontar um descompasso entre a concepção teórica e prática efetiva com o trabalho sobre a linguagem.

5. *Estudos de tópicos gramaticais*

Procurando tornar mais explícita a forma como se trabalham tópicos gramaticais, objetos de estudo nas aulas de língua portuguesa, foi proposta mais uma pergunta, que mencionava o estudo de tópicos gramaticais de forma generalizada, não especificando nenhuma categoria em particular, então perguntava-se:

No ensino de língua portuguesa, sempre empreendemos estudos a respeito de inúmeros tópicos gramaticais. Geralmente o professor apresenta esse tópico e, em seguida, estuda suas características principais. Você também procede assim?

Só havia duas alternativas de respostas: “sim” e “não”. Pedia-se que o professor explicasse a forma como trabalhava, se a resposta fosse negativa. O gráfico 4 apresenta resultados a que chegamos em relação à pergunta.

Considera-se que estudar um tópico gramatical restritamente através de seu conceito e suas respectivas classificações evidencia uma prática tradicional de abordagem dos fenômenos da língua.

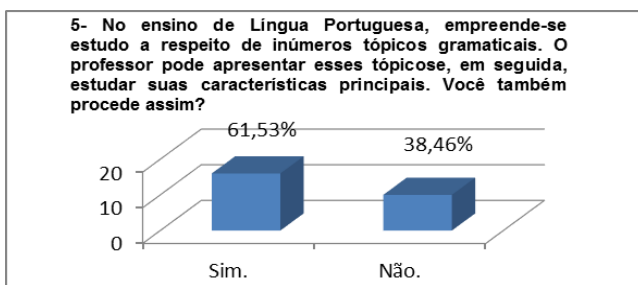


Gráfico 4: O ensino de tópicos gramaticais

Como pode se perceber através da descrição do gráfico, a maioria dos docentes – 16 (dezesseis) deles ou 61,53% do total – respondeu que apresenta tópicos gramaticais à turma e, em seguida, estuda suas características principais. Geralmente se considera tradicional essa forma de

abordagem desses elementos.

Diante dessa análise, percebe-se que há uma compreensão generalizada sobre o encaminhamento do ensino de gramática: os professores, de maneira geral, não acreditam mais que tópicos gramaticais sejam estudados no âmbito de orações isoladas, descontextualizadas, sob pena de não levar o aluno a entender que as relações de sentido perpassam o texto como um todo e não se reduzem a uma frase *solta*, isolada do contexto. Observamos nas respostas, entretanto, que há uma dificuldade em colocar em prática esse ensino contextualizado e, muitas vezes, privilegia-se o ensino ora pautado na norma culta ora no ensino tradicional de tópicos gramaticais.

6. Trabalho docente orientado pelos PCN

Por fim, a última questão abordada no questionário buscava saber se os professores se norteavam pelas orientações dos PCN, através da pergunta: “Você se orienta pelos princípios dos Parâmetros Curriculares Nacionais?”. Quatro eram as opções de respostas: *sim*, *não*, *não tenho conhecimento sobre os PCN* e *não quero responder a essa pergunta*.

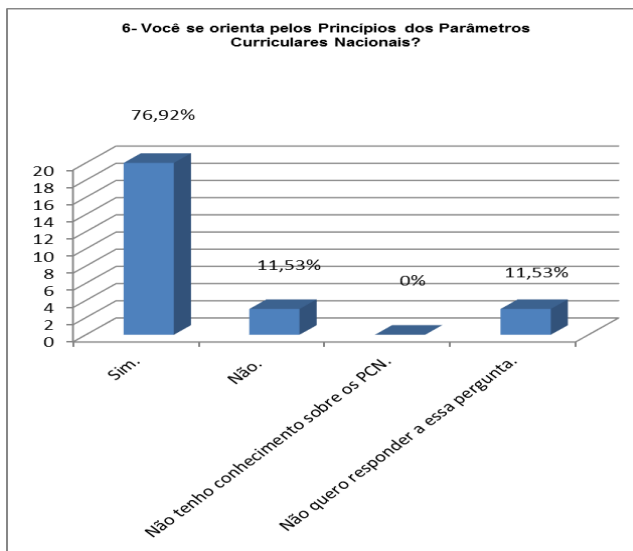


Gráfico 6: Trabalho docente orientado pelos PCN

Mais uma vez os resultados apontam para uma realidade positiva

de todo o trabalho do professor, dado que 76,92% dos educadores – 20 (vinte) deles – afirmaram buscar nos princípios dos PCN o alicerce para as práticas cotidianas pedagógicas. Três professores apenas responderam que “não” se guiavam pelos documentos oficiais, somente três não quiseram responder e ninguém confessou não ter conhecimento dos PCN.

Sabe-se que as orientações dos PCN, tanto do ensino fundamental como do médio, privilegiam o ensino de língua portuguesa a partir de um tripé: leitura, produção de texto e reflexões sobre a língua e linguagem. Nessas reflexões, estariam inseridas as análises de tópicos gramaticais, o que preconiza um ensino pautado na dinâmica uso-reflexão sobre a língua-uso, evidenciando um ensino de língua portuguesa realmente produtivo. Em se tratando especificamente de ensino de gramática, pressupõe-se que os professores-informantes procuram trabalhar os fenômenos gramaticais objetivando um ensino que visa levar o aluno a observar o funcionamento da estrutura da língua nos mais diversos textos por ele produzidos e lidos, dado que 76,92% dos professores-informantes afirmam se nortear pelos PCN.

Contudo, mais uma vez, pode-se relacionar o resultado referente às orientações pelos PCN com algumas respostas dadas em outras perguntas do questionário, sobretudo quando se pergunta a respeito do trabalho com tópicos gramaticais na pergunta cinco – o que revelou uma abordagem tradicional de ensino – e quando, na pergunta quatro, se pede a justificativa sobre a consideração de o ensino de gramática ser desnecessário ou imprescindível – o que denunciou uma prática ainda regulada pela gramática normativa. Relacionando esses dados obtidos, entreve-se que a ação pedagógica do professor se constrói, em muitos casos, em sentido oposto ao que realmente orientam os PCN de língua portuguesa.

7. Considerações finais

É consenso considerarmos que, para o ensino de língua portuguesa, deve-se ter a preocupação de buscar práticas pedagógicas que efetivamente tornem nossos alunos competentes leitores e produtores de textos, estes ajustados às inúmeras situações comunicativas de que os usuários da língua participam. Os professores dessa disciplina precisam compreender que há um grande desafio para se atingir tal objetivo.

Nesse sentido, os estudos linguísticos muito podem contribuir para o ensino e aprendizagem de língua por que tanto ansiamos. Dentre as

inúmeras vertentes da linguística, destacamos a linguística funcional e a sociolinguística como aquelas que podem propor um encaminhamento mais produtivo e reflexivo sobre os estudos sobre a língua, já que tais vertentes buscam, respectivamente, explicar aspectos gramaticais da língua a partir de situações concretas de uso e valorizar a diversidade linguística presente nas interações sociais.

No que tange às reflexões sobre o ensino de gramática, as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores de língua portuguesa não devem estar pautadas em uma abordagem tradicional de ensino.

Há a necessidade de uma reflexão sobre alguns aspectos relacionados à atuação do professor em sala de aula. Rediscutir a formação dos docentes é um deles. Há a necessidade de se garantir ao futuro professor um saber amplo e consistente a respeito da e sobre a língua e um domínio das práticas de língua oral e escrita. As inúmeras pesquisas no campo da linguística precisam ultrapassar os muros universitários, ir além dos restritos círculos dos linguistas. A distância entre as teorias linguísticas, as orientações dos PCN e a prática docente deve se estreitar, sob pena de não promovermos o tão esperado e desejado ensino de qualidade.

Educar linguisticamente torna-se, assim, a proposta para se buscar o ensino produtivo de língua portuguesa. Nessa educação, trabalhar com gêneros textuais é fundamental; não se pode mais conceber o ensino de tópicos gramaticais isolados, sem uma conexão com o estudo de gêneros textuais, ou seja, trabalhar leitura e produção de texto em uma aula e gramática em outra. Os eixos norteadores do ensino de língua – texto e gramática – não devem ser dissociados. Entendemos que o ensino de gramática precisa estar articulado com práticas de linguagem. E isso significa que gêneros textuais na modalidade oral precisam estar também presentes no currículo escolar e não devem ser vistos, segundo muitas vezes acontece, como pertencentes a uma modalidade que não merece ser explorada. Como sugere Antunes (2007, p. 75), estudos gramaticais não devem ter apenas a escrita como alvo, mas também a oralidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, Marcos. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais*. Ensino médio. Língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 2000.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; TAVARES, Maria Alice. *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: Edufn, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2009.